
Do melhoramento ao planeamento na 1ª metade do séc. XX

RUAS enquanto laboratórios tipomorfológicos no centro urbano portuense

EURAU'12

ABSTRACT. The proposed essay it is an attempt to reconstruct specific moments in long-term processes of the urban transformation in the Oporto's city centre. Using as case studies the Sá da Bandeira Street (as a paradigm), and other nearby streets as well as their buildings, the aim is to reveal and underline inner formal associations between the transformation of some streets' morphological character and the emergence, during the 1st half of the 20th century, of a new building type: the collective housing. In the mid 40s, new strategies were being set towards the city expansion, specially regarding the street's system redefinition. Several streets underwent through this occurrence, and step-by-step incorporated modifications in the urban plot's division and their construction logic. Inevitably, this carried remarkable changes in the global image of the city. The research hypothesis is that in this process, several streets can be seen as "typo-morphological laboratories".

KEYWORDS. Collective dwelling, Oporto, Sá da Bandeira, Typology, 1st half of the twentieth century.

Gisela Lameira*

* Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CEAU/FCT - Atlas da Casa)
Via Panorâmica S/N, 4150-755 Porto PORTUGAL
glameira@arq.up.pt/ giselalameira.arq@gmail.com
Tel.: +351 22 605 71 00



1. Introdução

O presente artigo inscreve-se no âmbito da História Urbana e da Teoria da Arquitectura, procurando reconstituir, ou reinterpretar, momentos específicos num longo processo de transformação e consolidação urbana na Cidade do Porto. Define-se igualmente, a partir de um entendimento de 'habitação' que decorre da convicção de que entre espaço construído/casa e espaço livre/rua existem relações formais intrínsecas que determinam o carácter de ambos, neste período da história da cidade.

Fundamentar esta hipótese implica relegar para segundo plano o edifício enquanto 'objecto', e procurar na cidade 'agrupamentos, lógicas de edificação', conjuntos que encerrem um determinado grau de urbanidade. Estudar esta concentração de edifícios num mesmo sector urbano, permite-nos constatar o seu significado enquanto património da cidade, para além das particularidades de carácter tipológico e morfológico das suas unidades.

Estabelecendo como casos de estudo a Rua de Sá da Bandeira, enquanto paradigma, e algumas ruas próximas e integradas no centro urbano portuense, o objectivo é revelar e sublinhar relações arquitectónicas formais entre a transformação do carácter morfológico destas ruas e a emergência, durante a 1ª metade do séc. XX, de um novo tipo de edifício: o *prédio de rendimento*.

O primeiro capítulo, de carácter genérico, tem como objectivo evidenciar as diferentes fases ocorrentes na transformação/consolidação do tecido urbano, tomando como referência as representações históricas e iconográficas que clarificam a abertura e consolidação da Rua de Sá da Bandeira. Esta taxonomia permite inferir um conjunto de alterações paralelas na restante morfologia do centro urbano portuense.

O segundo capítulo focaliza-se sobre alguns 'sectores de rua' particulares, grupos de edifícios com determinada escala (a partir de 4 pisos), através dos quais se procura salientar a diversidade dos tipos/tipologias emergentes, a partir do momento em que morfologia, divisão cadastral, e lógicas de intervenção se começam a alterar. Como metodologia, recorreu-se à análise dos elementos gráficos (plantas de implantação e de piso) constantes nos *Processos de Licença de Obra* dos edifícios em estudo¹, provenientes dos Arquivos Municipais do Porto, e o simultâneo confronto com a cartografia disponível (plantas topográficas actuais e da época de formação dos lotes).

Procurar-se-á, neste percurso, esclarecer a existência (ou inexistência) de uma relação de causalidade entre dimensão do lote/métrica de divisão cadastral e opção por determinado tipo/matriz de concepção espacial, no que ao plurifamiliar de raiz diz respeito.

Num âmbito mais lato, a hipótese de investigação consiste em considerar que Ruas como Sá da Bandeira, Ceuta, Bolhão, Rodrigues Sampaio, Diogo Brandão, Fernandes Tomás, entre outras, foram 'laboratórios tipo-morfológicos'. Em alguns sectores de rua, e a diferentes níveis, tanto os Serviços Municipais como os Promotores Privados, testaram em simultâneo a **adaptabilidade do cadastro urbano** a quarteirões de diferente estrutura e novos modelos de habitação, e a **adaptabilidade dos próprios edifícios** ao cadastro existente.

2. Do melhoramento ao planeamento no centro urbano portuense. A Rua de Sá da Bandeira enquanto paradigma

2.1. Metamorfoses das lógicas de intervenção

A 1ª metade do séc. XX foi um período decisivo na construção da morfologia e imagem do centro urbano portuense. Em meados dos anos 40, novas estratégias estavam em desenvolvimento relativamente à expansão da cidade, com particular incidência na redefinição do sistema viário e consolidação do 'novo centro representativo' da cidade. Várias ruas fizeram parte deste processo, e passo a passo incorporaram as modificações que foram ocorrendo na divisão cadastral e na sua lógica de construção. Inevitavelmente, esta condição acarretou alterações profundas na imagem global da cidade, até aí pautada pela homogeneidade do edifício portuense, de frente estreita e linguagem similar.

A Rua de Sá da Bandeira inscreve-se de forma paradigmática neste processo. É um produto da reformulação do centro da cidade entre os finais do séc. XIX e meados do séc. XX (entre 1875 a 1955, aproximadamente), e é uma rua particularmente interessante pela diversidade do seu cadastro e pela novidade das concepções espaciais, linguagens e tipologias patentes nos seus edifícios de habitação plurifamiliar. Talvez ainda mais relevante, seja o facto de fixar de forma assertiva um processo de transformação, não só do tecido e do edificado da cidade, mas das próprias lógicas de pensamento de intervenção urbana.

No processo de abertura, consolidação e prolongamento da Rua de Sá da Bandeira, é possível identificar fases bastante distintas, marcadas por inflexões nas lógicas de pensamento do espaço urbano, desde uma atitude de simples **melhoramento à intervenção planeada** e de visão alargada, passando por fases de **transição**. A cada uma destas atitudes, corresponde um tipo de parcelamento, uma lógica de inserção no lote, e também uma imagem de cidade distintas, ainda que sobrepostas. Trata-se de uma taxonomia que nos parece extensível a outras ruas integradas no mesmo processo de consolidação urbana, ainda que não exista uma estrita coincidência de datas; um faseamento que documenta e sintetiza momentos de transição de estratégias, de métricas de cadastro, de tipo de edificado, materializados em sectores de rua contidos ou de maior extensão, de variável qualidade ou de intencional monumentalidade a nível de edificado.

2.2. Melhoramento. Rectificação. Alargamento (até meados dos anos 20)

A 1ª fase de intervenção na rua, que localizamos entre 1857 e o início dos anos 20ⁱⁱ, é animada, por objectivos muito claros de melhoramento das condições existentes (pautadas por acessos precários e construções devolutas) e ligação a pólos de interesse, como é toda a intervenção empreendida desde o cruzamento com a Rua do Bonjardim, até à Praça do Bolhão. Estas acções regularizadoras implementam-se por necessidade de criação de melhores condições de acesso e circulação, nas áreas urbanas irregulares, não intervencionadas na 'época dos Almadás'ⁱⁱⁱ.

A esta estratégia de rectificação passo a passo, corresponde um **parcelamento lote a lote**^{iv}, em parcelas estreitas e profundas, bastante evidente nas representações de 1892 referentes à área urbana central (Fig.1). Este não é mais que o modo tradicional de construção de todo o tecido do centro urbano (BARATA FERNANDES, 1997; PEREIRA DE OLIVEIRA, 1973), que se traduz numa imagem

característica de rua, visível nas representações do início de novecentos: um edificado de frente estreita e cérceas variadas (sem obrigatoriedade de alinhamento de cérceas), sem grande lógica de conjunto, em que os edifícios se relacionam através da repetição de alguns temas de composição. São recursos que começam já a ser frágeis, em espaços urbanos que ambicionam nova métrica e largueza, como são os que se articulam com o centro representativo da cidade.

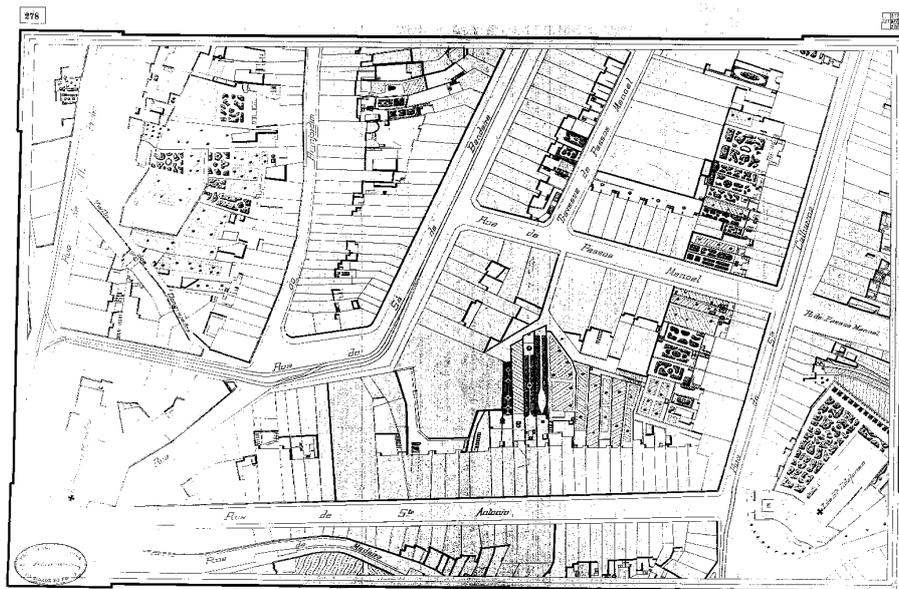


Fig. 1 - Extracto da *Planta topográfica da Cidade do Porto*, de Augusto Gerardo Telles Ferreira, 1892 (AHMP)

2.3. Transição de lógicas de intervenção urbana (meados dos anos 20 - meados dos anos 30)

A partir dos anos 20, entra-se numa fase de transição, em que existe interesse em continuar a estabelecer continuidades viárias. De qualquer modo, não parecia ainda manifestar-se preocupação com prolongamentos dos eixos viários em extensão, ou com uma estruturação viária global, o que é notório no caso específico da Rua de Sá da Bandeira. Em 1924, podemos encontrar estudos^v e projectos^{vi} que perspectivam uma primeira ideia do seu prolongamento, desde a Rua de Fernandes Tomás até à Rua de Gonçalo Cristóvão, apresentada em várias soluções de directriz e alinhamentos. O que estava em causa na época, não era mais do que a topografia e a ponderação da manutenção/supressão de algumas preexistências relevantes^{vii}.

Já o início dos anos 30 parece vir animado de outro espírito. Há uma tentativa de ruptura nas lógicas de pensamento instituídas e uma mudança de estratégias de intervenção urbana. 1932 é o ano da publicação do *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*^{viii}, pelo Eng.º Ezequiel de Campos (1864-1965), documento em que o problema é colocado do ponto de vista do crescimento da cidade, enquanto pro-

cesso longo e estruturado, do qual o traçado é apenas a última fase: o 'plano' é apresentado como um programa de expansão.

É por esta altura, portanto, que se começa a abandonar a 'intervenção de melhoramento', para se entrar na 'era do planeamento', uma visão alargada e estratégica, que pondera a nova extensão da Rua de Sá da Bandeira numa relação directa com a Praça central da cidade e ruas limítrofes, como é visível em estudos de 1935, integrados no *Plano de Arruamentos da zona Central da cidade*.^{ix} As intenções são claras: melhorar a **circulação** e **configuração de quarteirões**, numa estratégia integrada de organização do centro da cidade, ambiciosa e de gesto largo.^x

2.4. Obrigatoriedade de Plano Urbano (pós 1935)

As duas soluções de prolongamento da Rua de Sá da Bandeira documentadas, de 1939 e 1940 (Fig.2), representam ainda outra fase no que se refere às estratégias de intervenção no tecido urbano: uma época em que cidade, rede viária, quarteirão e edifício começam a ser pensados enquanto sistema integrado. São do período em que no Porto, com a colaboração de conceituados arquitectos urbanistas italianos, se procurava materializar o 1º Plano de Urbanização da cidade, obrigatório a partir de 1934, com a publicação de decreto-lei^{xi} específico.

No âmbito deste processo, a Câmara Municipal do Porto contrata inicialmente o Prof. Arq. italiano Marcello Piacentini (1938 a 1940), enquanto Consultor Urbanista e depois enquanto executor do referido Plano, e mais tarde o Arq. Giovanni Muzio (1940 a 1943), igualmente como Consultor Urbanista, colaborações com diferentes pesos e consequências na evolução urbana portuense (GARRETT, 1974. 14).

O 1º *Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização do Porto*^{xii} (GEPGU), no qual se iriam desenvolver vários estudos urbanísticos de pormenor para diversas zonas da cidade, foi criado em 1939, e neste gabinete trabalhou Arménio Losa, enquanto Arquitecto Urbanista responsável desde a sua fundação até 1945. Com a criação do GEPGU (a partir de 1940 denominado G.U.), e consequentes estudos no âmbito do Plano de Urbanização, multiplicam-se as referências à Rua de Sá da Bandeira e ruas limítrofes. Entre esta data e 1945, altura em que o Arq. Arménio Losa deixa de estar associado aos serviços, vários estudos/projectos se desenvolveram em paralelo no que concerne a Sá da Bandeira, desde estudos mais alargados referentes ao traçado da rua, a projectos focalizados em determinados pontos.

Neste processo enquadra-se de igual modo o projecto de abertura da Rua de Ceuta. Ao contrário da Rua de Sá da Bandeira, trata-se de uma rua nova, aberta e consolidada num tempo curto, e que se desenvolve ao longo de 107 metros, com 20 metros de largura. Prolonga a Rua de Elísio de Melo a partir da Praça Filipa de Lencastre, sendo uma tentativa de formalização de uma ideia antiga (de finais de oitocentos) de constituir um atravessamento que ligasse o centro urbano, a Avenida dos Aliados, aos novos centros, que se começavam a estruturar a Poente da Cidade. Mais concretamente, a Rua de Ceuta projectava-se como o prolongamento da Rua de Passos Manuel que ligaria à Praça de Carlos Alberto, e que em visões mais alargadas, se prolongaria até Jardim do Carregal, Palácio de Cristal e Boavista. Só na década de 40 do séc. XX, se fixa o seu traçado definitivo, após diversos estudos datados de 1915, especialmente articulados com a reestruturação da Avenida Central da Cidade (BARATA FERNANDES, 2001).

Nesta fase, os processos de intervenção urbana são um sistema cada vez mais complexo, em que a todos os outros factores atrás referidos (preexistências cadastrais e edificadas, proprietários, topografia, expropriações, etc.), se juntam agora as novas questões da definição do espaço público da cidade, a configuração das unidades quarteirão, a regulamentação da edificação, sob o ponto de vista higiénico e também estético, e a própria consideração dos alinhamentos e traçados desse ponto de vista.

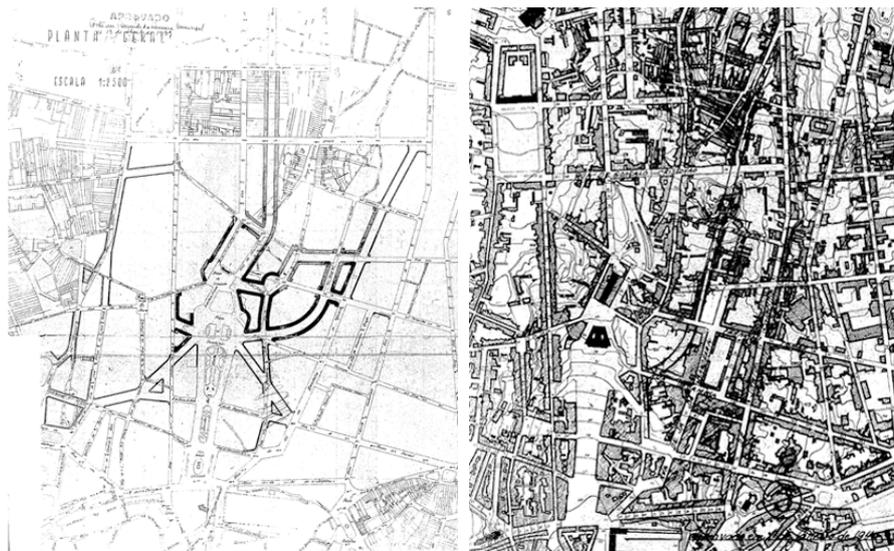


Fig. 2 - GEPGU - "Aprovado em 13 de Abril de 1939", à esquerda; GEPGU - "Aprovado em 11 de Janeiro de 1940", à direita. (AHMP)

3. Metamorfoses morfológicas e tipológicas

3.1. A métrica da parcela

Na 1ª metade do séc. XX, de um modo geral, mantém-se a forma consolidada de divisão do território, em que predomina o lote em profundidade, com frente estreita, e o edifício à face da rua com logradouro posterior. O terreno disponível para construção, vai surgindo por oportunidade: substituição de construções antigas, desactivação de fábricas, ocupação de áreas privadas não construídas, ou iniciativas circunscritas de expropriação empreendidas pelos serviços camarários.

Será apenas a partir das intervenções do G.U. no início dos anos 40, que se verificam variações significativas de conceito e processo de parcelamento, e apenas em situações muito localizadas. Em todo o caso, numa fase intermédia (anos 30), o cadastro parece adaptar-se progressivamente a novos modelos construtivos e tipológicos, actualizando a sua estrutura fundiária: a frente de lote aumenta, através da anexação de parcelas estreitas e profundas; o perímetro da frente toma também formas particulares em situações de ângulo e de remate de quarteirões

preexistentes. Este fenómeno pode ser observado em vários sectores de rua no centro urbano.

O processo de abertura e consolidação da **Rua de Rodrigues Sampaio** (anos 20/30, transição, Fig.4), uma radial da Avenida dos Aliados, inscreve-se nos mesmos processos conjuntos de estruturação da malha central descritos para a Rua de Sá da Bandeira (anos 20/30), sendo que o quarteirão a Sul (**RS1**) e a Norte (**RS2**) foram consolidados durante cerca de uma década. A divisão cadastral original aparenta uma previsão de lotes de cerca de **12** metros de frente, aproximadamente, ainda que no sector RS1 se observe uma enorme flexibilidade na ocupação dos lotes (o que resulta em edifícios de maior frente, em detrimento de outros, bastante estreitos). No quarteirão RS2 é também interessante verificar a estratégia de divisão cadastral para ocupação de lotes de configuração triangular (lotes sem perpendicularidade à frente de rua).

A **Rua de Diogo Brandão** (anos 30, transição, Fig.3), denominada inicialmente como 'Rua Particular de Miguel Bombarda', aparenta ser um troço aberto em terrenos privados, em inícios dos anos 30, já que os processos de licença de obra dos prédios de rendimento identificados têm datas entre 1936 e 1939. No sector Poente (**DB1**), a métrica do lote em que se implantam os edifícios em estudo é mais larga que a tradicional - 3 lotes com aprox. **8,5** metros e um lote de **13,2** metros (2 lotes de 6,6 metros); no sector Nascente (**DB2**), mantém-se a métrica tradicional de 6,5 metros, ainda que anexados para formar lotes de maior frente.

No lado Nascente da **Rua de Sá da Bandeira** (anos 30/40, transição, Fig.6), o sector **SB1** exhibe 4 parcelas, duas delas resultando da ocupação de cunhais, sem uma métrica marcada, e os dois outros lotes com dimensões aprox. de **15,5** metros, produto de uma divisão cadastral de 4 parcelas de aprox. 7,75 metros.

É interessante verificar que já depois da criação do G.U. da Câmara Municipal, diversas áreas continuaram a consolidar-se, através da divisão dos terrenos seguindo a métrica tradicional (independentemente da possibilidade de outras dimensões para o lote). É caso do sector **B1** constituído por 3 edifícios na **Rua do Bolhão** (início anos 40, transição, Fig.6), que ocupam lotes com aprox. **12,5** metros de frente (anexação de 2 lotes tradicionais).



Fig. 3 - Sectores na Rua de Diogo Brandão (DB1 e DB2). Plantas de piso-tipo. Esc. 1/1000. (desenho do autor)



Fig. 4 - Sectores na Rua de Rodrigues Sampaio (RS1 e RS2). Plantas de piso-tipo. Esc. 1/1000. (desenho do autor)

3.2. Experimentação sobre a unidade quarteirão

No centro urbano portuense, a concepção e o projecto de quarteirões de grande dimensão só foi possível face a desactivação de áreas extensas, ocupadas por antigas fábricas, ou operações de expropriação de terrenos. A reestruturação dessas zonas, implicou que os serviços camarários repensassem a divisão cadastral, adaptando a divisão de talhões a novos modelos de edificação, que vão sendo propostos por proprietários e projectistas mais informados. A encomenda e interesses de investimento dos privados é fundamental nesta dinâmica.

A partir do início da década de 40, surgem experiências não em torno da parcela cadastral, mas do próprio quarteirão enquanto unidade morfológica de construção da cidade. O G.U. investe no estudo dos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira, entre Fernandes Tomás e Gonçalo Cristóvão, na configuração da Praça D. João I, e no Estudo de Pormenor dos quarteirões da Rua de Ceuta.

Nos sectores superiores da **Rua de Sá da Bandeira** (início anos 40, planeamento, Fig.6), localizam-se duas unidades quarteirão (**SB2, SB4**) e uma ocupação extensa de frente urbana de um quarteirão preexistente (**SB3**), resultando de demolições ou expropriações com algum impacto, e sem vínculo a métricas tradicionais marcadas no território.

O quarteirão a Poente (**SB2**) foi alvo de diversos estudos de configuração, em que se pondera o prolongamento da Rua Firmeza, o alargamento da Rua do Bolhão e os alinhamentos de Fernandes Tomás. Apesar de a partir deste ponto se sucederem uma série de projectos 'sem efeito', é particularmente interessante observar a evolução das propostas, e a progressiva tentativa de alteração da lógica de construção do quarteirão. Até esta fase, este constituía-se tradicionalmente enquanto uma unidade fechada e parcelada em lotes estreitos à medida que iam surgindo oportunidades de construção da frente de rua. Passando por propostas de um quarteirão aberto nos topos (Fevereiro de 1941) a soluções em U (Fig.5), o talhão volta, inesperadamente, a apresentar-se com uma forma completamente fechada (Abril de 1942), fixada mais tarde pela construção de um único edifício, o Palácio do Comércio.

Em Junho de 1942 iniciam-se as incursões sobre o quarteirão Firmeza/Guedes de Azevedo, do lado Nascente e Poente da rua, e alinhamentos das ruas limítrofes. No lote Poente (**SB4**), o G.U. conseguiu colocar finalmente em prática alguns dos princípios que tinha ensaiado sem sucesso no quarteirão referido anteriormente. Consegue efectivamente materializar um quarteirão com interior acessível e de servidão pública, dividido em talhões de grande dimensão, na ordem dos **50/80** metros de frente, assim como um único alinhamento para as fachadas no seu interior.

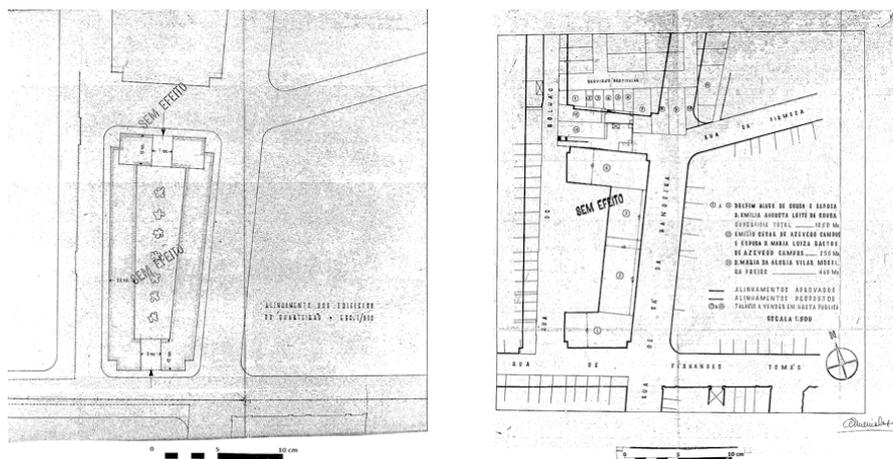


Fig. 5 - GEPGU/G.U. Estudo de 1941 para o quarteirão Fernandes Tomás, Bolhão e Firmeza. (AHMP)

Na **Rua de Ceuta** (anos 40, planeamento, Fig.8) observa-se de igual modo uma manifesta alteração da divisão cadastral corrente até aos anos 40, consequência de uma intervenção planeada e estudo de pormenor a nível do quarteirão e não da parcela. Como frentes urbanas, foram constituídos 5 talhões de terreno, a Norte (**C1**) e a Sul (**C2**), para os quais se definiu uma cêrcea de 5 pisos mais rés-do-chão. Como modulação, estabeleceu-se que cada frente de rua seria dividida de forma que os lotes centrais tivessem a mesma dimensão, e os lotes extremos fossem de excepção (em C1 a divisão é mais irregular). A dimensão da frente de lote aumenta para aproximadamente **16,3** metros (talhões centrais), sendo que os talhões extremos/cunhais possuem maior dimensão (entre 18,70 e 33 metros, aprox.).

3.3. A relação lote/edifício

Neste processo de transformação do cadastro urbano, os próprios modelos edificatórios de habitação se adaptam e actualizam, num processo de experimentação conjunta, fazendo surgir com alguma escala e coerência, um número significativo de variantes para a habitação plurifamiliar de raiz e de promoção privada, o prédio de rendimento portuense. Neste se testam modelos de distribuição do fogo, através de experimentação em torno do dimensionamento e disposição dos núcleos de acesso central, núcleos de ventilação (saguões), da localização dos núcleos de serviço e inserção de estruturas como os elevadores.

Os edifícios **até 7 m de frente** (aprox.), inserem-se em lotes de dimensão tradicional. Estes apresentam normalmente uma matriz de distribuição espacial semelhante a edifícios precedentes de carácter unifamiliar, implantados em lotes estreitos e profundos (caixa de escadas central, paralela e apoiada na parede meeira, acesso lateral). Até ao início dos anos 50^{xiii} é vulgar incorporarem saguões, que concentram as áreas de serviço na zona central (Rua de Fernandes Tomás - FT1, Fig.7, LO 1931/225 - duplicação, e LO 1933/1130).

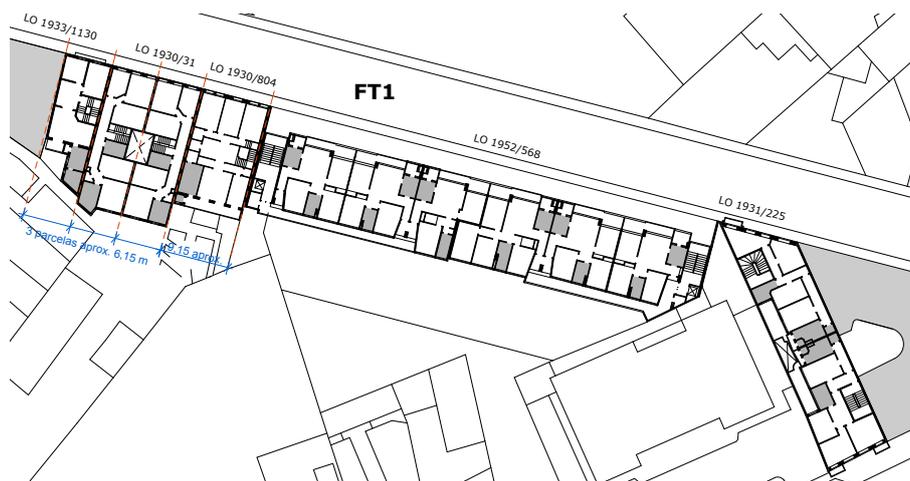


Fig. 7 - Sector na Rua de Fernandes (FT1), entre a Rua de Santos Pousada e a Rua de Santo Ildefonso. Plantas de piso-tipo. Esc. 1/1000. (desenho do autor)

Os edifícios **com frente entre 8 e 9 metros** (aprox.) registados nos sectores de rua em análise, implantam-se em lotes com frentes pouco usuais, provavelmente resultantes de situações de compromisso no preenchimento de espaços sobranceiros. Nestes edifícios, que desenvolvem normalmente um fogo por piso, é notória a dificuldade em adaptar a matriz de distribuição 'tradicional', ao ligeiro aumento de largura face à métrica instituída. O resultado mais evidente é o dimensionamento desajustado dos espaços de vestíbulo que articulam os diferentes núcleos funcionais da habitação (por ex., LO 1937/369 e LO 1936/835, na Rua de Diogo Brandão - DB1, Fig.3 e LO 1930/804 na Rua de Fernandes Tomás - FT1, Fig.7).

Os edifícios **com frente entre 12 e 13 metros** (aprox.), resultam da associação de dois lotes tradicionais, e apresentam soluções bastante variadas, desde uma

clara duplicação por simetria de duas unidades, com acessos centrais independentes e saguão comum (Rua de Fernandes Tomás - FT1, LO 1930/31, Fig.7), a soluções em que tipologia é pensada unitariamente, com apenas um fogo por piso, e sem saguão (Rua do Bolhão - B1, Fig.6, LO 1941/254, LO 1942/590, LO 1941/571). Neste último caso, trata-se de edifícios com uma profundidade reduzida (12 metros). Uma solução que começa a surgir paralelamente (ainda que não documentada no corpo de estudo em análise), aparentemente importada e adaptada, é o modelo compacto com apenas uma caixa de escadas central, estruturando um esquerdo/direito. A partir dos anos 60, este será o modelo reproduzido na substituição lote a lote (BARATA FERNANDES, 1997).

Verificamos em algumas situações uma actualização da dimensão do lote de 6 metros para 7,5/7,75 metros, provavelmente motivada por alterações nos sistemas construtivos (estrutura em betão armado, com vigotas prefabricadas). Os edifícios **com frente de 15/16 metros** (aprox.), registados na Rua de Sá da Bandeira (SB1, Fig.6, LO 1939/56 e LO 1938/260) inscrevem-se neste processo: associam 2 lotes e são gerados a partir de uma duplicação por simetria a partir de um eixo central. São edifícios com cerca de 18 metros de profundidade, com 2 apartamentos por piso, com caixas de escadas independentes e saguão comum em que se concentram os serviços.

Na Rua de Ceuta (Fig.8), é possível verificar uma enorme diversidade de tipologias, em edifícios de aproximadamente **16 metros de frente**, o que demonstra de forma clara a adaptabilidade da solução tipológica relativamente à divisão cadastral, ou à definição rígida de uma frente de talhão. Nos 5 edifícios a que nos referimos, existem algumas variações de profundidade, possivelmente resultantes das irregularidades da profundidade dos lotes, e conseqüente dimensionamento do logradouro (que à data era regulado pela legislação em vigor^{xiv}). Não obstante a frente fixa de lote, desenham-se:

- 3 edifícios esquerdo/direito, com caixa de escadas central; distinta distribuição dos núcleos de serviço, dos núcleos funcionais, e distribuição de tipologias (2 fogos iguais por piso - LO 1955/364, um fogo com mais uma peça que outro - LO 1954/425; 2 fogos com organização distinta - LO 1953/81);
- 1 edifício com configuração compacta, que desenvolve por piso 4 fogos de reduzida dimensão, de configuração variada, encostando a caixa de escadas à parede meira, na fachada posterior - LO 1952/331;
- 1 edifício com configuração bastante irregular, com 4 fogos por piso, de diferentes dimensões - LO 1955/660.

Um novo paradigma. Os lotes/edifícios de grande frente (a partir de 20 m).

As dimensões dos edifícios projectados para os quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira são clara excepção nas intervenções dos anos 40, ainda que nas artérias circundantes à Avenida dos Aliados se vão replicando edifícios de maior escala e novas linguagens. Relativamente às tipologias adoptadas, a experimentação faz-se na procura de soluções de agregação de unidades habitacionais em frentes extensas, na definição de tipologias com modelos mais compactos; na operacionalização de dispositivos de ventilação como o saguão. Experimentam-se também diferentes soluções para a disposição das caixas de escadas: na fachada principal (LO 1943/393), posterior (LO 1945/272, LO 1947/51), ou no centro do edifício (LO 1948/643).

Na Rua de Sá da Bandeira, os edifícios nos quarteirões em estudo apresentam na sua maioria uma distribuição apoiada na tradicional tripartição burguesa, nomeadamente os edifícios LO 1943/393, LO 1947/51 e LO 1945/272, deslocando as áreas de serviço para a fachada posterior. Na variedade de configurações,

disposições dos planos dos edifícios de grande frente registada, é de destacar a compacidade progressiva das tipologias dos edifícios LO 1945/272 e LO 1947/51 (e consequente alargamento do módulo esquerdo/direito), resultado da imposição de 15 metros de profundidade para todo o quarteirão (SB4, Fig.6).



Fig. 8 - Sectores na Rua de Ceuta (C1 e C2). Plantas de piso-tipo. Esc. 1/1000. (desenho do autor)

4. Considerações. RUAS enquanto laboratórios tipo-morfológicos

A produção de espaço público – rua – é um processo complexo, de mediação entre os valores simbólicos preexistentes e as dinâmicas de cada contexto urbano específico (oportunidades de intervenção, actores sociais envolvidos, determinações institucionais, etc.), em que cada traçado final foi muitas vezes antecedido de um número considerável de estudos, preteridos pelas mais diversas razões. O desenho urbano assume-se, portanto, como um **jogo de ponderações, inflexões e interesses**, que se traduz não só no alinhamento de traçados, nos perfis de ruas, mas de igual modo na escala dos edifícios, nas suas funções, programas e linguagens e imagens.

Na análise da transformação do tecido da Rua de Sá da Bandeira, a observação mais pertinente, é que esta rua reflecte um processo de transformação, não só do tecido da cidade (ou deste troço urbano em particular), mas das próprias lógicas de pensamento de intervenção urbana portuguesa: a passagem de lógicas 'de melhoramento' a lógicas 'de planeamento'.

Na 1ª metade do séc. XX portuense, numa lógica de '**melhoramento urbano**', não se coloca em causa a métrica instituída, ou o modo tradicional de divisão do território. Os edifícios de habitação plurifamiliar, edificados de raiz a partir de meados da década de 20 de novecentos, adaptam-se ao lote tradicional, profundo e estreito, com uma frente de aproximadamente 6/6,5 metros. A sua matriz de organização espacial assemelha-se à estrutura dos edifícios de habitação unifamiliar precedentes, procurando soluções de adaptação através do funcionamento independente da caixa de escadas, e da introdução de dispositivos de ventilação como o saguão nas zonas centrais.

Numa fase de '**transição de lógicas**' (anos 20/30), existe um alargamento da dimensão da parcela, provavelmente motivado por alterações na técnica construtiva dos edifícios. Identificamos lotes (entre meeiras) com dimensões entre 7,5 e 9 metros, nos quais se constroem edifícios agregados por duplicação, com um único saguão central (frente de 15/16 m). Também é frequente a edificação de cunhais, já que os edifícios precedentes, do séc. XVIII a inícios do séc. XX, não possuindo soluções satisfatórias, deixaram por resolver estas situações urbanas particulares.

Chegando à fase em que já decorre uma estratégia de '**planeamento urbano**' (meados de 35/anos 40), ocorre uma clara procura de novos modelos morfológicos de desenho do quarteirão, com estudos de pormenor no que diz respeito à divisão dos terrenos disponíveis: o resultado materializa-se em lotes com dimensão absolutamente distinta da métrica tradicional (16,3 metros na Rua de Ceuta) ou de grande frente (Rua de Sá da Bandeira). Uma questão relevante é que, simultaneamente, se continua a dividir o território ou a construir seguindo dimensões conhecidas e longamente utilizadas, como é possível observar na Rua do Bolhão ou na Rua de Rodrigues Sampaio.

Nos sectores urbanos em estudo existe uma manifesta adaptabilidade do cadastro a figuras arquitectónicas emergentes, sem perda de identidade ou ruptura morfológica: o tecido toma forma e consolida-se através de adaptações sucessivas, integrando variações de dimensões de lotes, a nível de frentes e de profundidades, assimilando de forma aparentemente pacífica, a inserção de novos elementos, desde que sejam respeitadas determinadas regras de construção do espaço urbano: neste caso específico, o privilégio da conformação da frente de rua. Existe, portanto, uma manifesta adaptabilidade do cadastro aos novos tipos, e dos novos tipos à própria capacidade dimensional do terreno disponível.

A hipotética existência de uma relação de causalidade directa entre a dimensão do lote e a opção por determinado modelo de habitação, no que ao plurifamiliar de raiz diz respeito, vê-se debilitada perante a observação de uma expressa variedade na concepção tipológica, independentemente da largura da parcela. Em alguns casos, seguem-se e adaptam-se determinados modelos precedentes, já amplamente testados em lotes com dimensões de frente conhecidas. Outros são importados, e aplicados em métricas similares às utilizadas noutros contextos urbanos (Lisboa, por ex.). Mas a variação de soluções continua a ser significativa, mesmo em lotes de frente similar, especialmente a partir dos 12 metros de frente.

Verifica-se que as possibilidades de experimentação oferecidas por lotes de grande frente são efectivamente superiores às disponibilizadas pela associação simples de dois lotes tradicionais de 6 metros, mas aparentemente a experimentação empreendida não parece ter tanto a ver com o alargamento da parcela, mas mais com a necessidade sempre presente de rentabilizar cada operação imobiliária, tornando as tipologias mais compactas, sem espaços sobranes e vazios verticais desnecessários (mesmo que sejam de ventilação, como o saguão).

A dimensão da frente de lote é, portanto, um factor fundamental na concepção do plurifamiliar de raiz - modelo de habitação/fogo e de edifício/prédio de rendimento, mas parece-nos plausível associar a esta equação tipo-morfológica outras variáveis, tais como a evolução técnico-construtiva, a necessidade de rentabilidade da operação (e conseqüente compressão do fogo), ou novas lógicas de organização funcional e social da habitação, e de ocupação dos logradouros.

De sublinhar são também as pequenas variações programáticas da habitação em andar (localização, dimensionamento e valorização das áreas de serviço, casas de banho, cozinha; marcação do vestíbulo de entrada, etc.), e as próprias preferências e informações do projectista e proprietário de cada edifício.

Neste processo, na 1ª metade do séc. XX portuense, a libertação da prática de divisão cadastral tradicional permite a importação de novos modelos, impulsionando o investimento privado numa 'imagem renovada' para a cidade. Um processo que em contextos como Lisboa originou áreas extensas de expansão urbana, e que no Porto quase se resumiu à Rua de Ceuta e Rua de Sá da Bandeira.

5. Notas

ⁱDos Processos de Licença de Obra, foi considerado apenas o 1º projecto apresentado pelos projectistas, já que a maioria destes processos apresenta inúmeros aditamentos e alterações em obra. Só se recorreu a outros elementos, nos casos em que os aditamentos introduzem alterações significativas.

ⁱⁱSobre esta fase, cf a **representação das preexistências** nos "Livros de Plantas": "98. MAPA GEOGRAPHICO do Sítio de Fradellos, compreendendo parte da rua de S.ta Catharina, rua do Bolhão e Bomjardim; (...), por Luís Inácio de Barros Lima, 1810", Planta Redonda de 1813, de Georges Balck, Planta Topográfica da Cidade do Porto de Joaquim da Costa Lima de 1839. **Primeiros estudos de intervenção** em "Livros de Plantas": "411. Plano da nova Rua que se projecta rasgar desde a Rua Formosa até à Rua do Bomjardim..., 1857 (...) L.º4, nº 27", "442. Planta topographica que mostra a continuação da rua Sá da Bandeira, desde a rua do Bomjardim até a rua Formosa, segundo os dous projectos, 1866 (aprov.), L.º 4, nº 55". (Arquivo Histórico Municipal do Porto - AHMP).

ⁱⁱⁱSobre as intervenções urbanas empreendidas por João de Almada e Francisco de Almada e Mendonça no séc. XVIII, cf Pereira de Oliveira (1973) e Ferrão (1997).

^{iv}Excepção na divisão de terrenos privados com alguma dimensão, mas mesmo nestes casos a métrica de divisão é a do lote tradicional.

^vProcesso D-CMP/2/445 (Arquivo Histórico Municipal do Porto - AHMP).

^{vi}Processo D-CMP/3/322 (Arquivo Histórico Municipal do Porto - AHMP).

^{vii}A Capela de Fradelos (um pólo religioso antigo, que aparece já representado nos "Livros de Plantas"); a Fundação e a Estamparia do Bolhão (património privado com alguma importância e grande frente sobre Fernandes Tomás); o Quartel dos Bombeiros, com frente para Gonçalo Cristóvão e a respectiva parada; e a topografia íngreme e rochosa do Morro das Carvalheiras, que leva à desistência das soluções que apontavam nesse sentido.

^{viii}CAMPOS, Ezequiel. *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto, Empresa Industrial Gráfica, 1932.

^{ix}Desenho inserido no Processo D-CMP/3/69 (AHMP).

^xProcesso D-CMP/3/323: "*Ante-projecto de ligação à Praça do Município*" (AHMP).

^{xi}A 21 de Dezembro de 1934, publica-se o decreto-lei 24802, que obriga as câmaras municipais à execução do Plano de Urbanização da Cidade, estabelecendo como prazo o final de 1939.

^{xii} Estudos do Gabinete de Urbanização: "*Na sua grande maioria, os processos são constituídos por estudos técnicos do Gabinete de Estudos do Plano Geral de Urbanização (a partir do final da década de 1940 designado por Gabinete de Urbanização) sobre: grandes vias de acesso e penetração na cidade e grandes vias de circulação, planos parciais de urbanização, alinhamento de ruas, trânsito e estacionamento automóvel, localização de núcleos de habitação social e estabelecimentos de ensino, arranjo de espaços públicos, loteamento de terrenos, desenho de jardins e mobiliário urbano. (...)*." Datas de produção - 1940 a 1947, in Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico. D-Catálogos. D.2.Série: Estudos (do Gabinete de Urbanização). Porto. 2004

^{xiii}Proibição da utilização de saguões em 1956, através do artigo 31º do Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto (Separata do Boletim Municipal nº 1036, de 18 de Fevereiro de 1956).

^{xiv}Regulamento Geral das Edificações Urbanas. 1951. Decreto-lei nº 38382, de 7 de Agosto de 1951.

6. Bibliografia

BARATA FERNANDES, Francisco. *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto, FAUP publicações, 1999.

BARATA FERNANDES, Francisco, PINTO, Rui. *Rua de Ceuta* in PORTO 1901-2001: Guia de arquitectura moderna. Porto, SRNOA e Civilização Editora, 2001.

CAMPOS, Ezequiel. *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto, Empresa Industrial Gráfica, 1932.

FERRÃO, Bernardo José. *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás: 1758/1813*. 3ª ed. Porto, Edições da FAUP, 1997. (1ª ed. 1985).

GARRETT, Antão de Almeida. *História da evolução dos Planos de Urbanização da Cidade do Porto*. Porto, FEUP, 1974.

GRAVATO, Maria Adriana Pacheco Rodrigues. *Trajecto do Risco Urbano. A arquitectura na cidade do Porto, nas décadas de 30 a 50 do século XX, através do estudo do conjunto da Avenida dos Aliados à Rua de Ceuta*. Tese de Mestrado, 3 Vol. Porto, FLUP, 2004 (policopiada).

LAMEIRA, Maria Gisela Antunes. *A Rua de Sá da Bandeira no Porto. Topologia(s) do habitar colectivo*. Tese de Mestrado. 2 Vol. Lisboa, FAUTL, 2010 (policopiada).

MEIRELES, Maria Adelaide. *Catálogo dos livros de plantas*. Porto: Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1982.

MENDES, Manuel, coord. (In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses. Fotografias de José Manuel Rodrigues. Porto, Faup publicações, 2001.

MENDES, Manuel. *Rua Sá da Bandeira* in PORTO 1901-2001: Guia de arquitectura moderna. Porto, SRNOA e Civilização Editora, 2001.

NONELL, Anni Gunther, coord. *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos* (Fotografia: António Carvalho Valente). 1ª ed. Porto, Edições CM Porto, 1992.

OLIVEIRA, Vítor Araújo de. *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto*. Porto: FAUP, FEUP, 2004. Dissertação de mestrado.

PEREIRA DE OLIVEIRA, J. M. *Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento*. 1ª ed. Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1973.

REGULAMENTO Geral das Edificações urbanas, aprovado por decreto-lei nº38382, de 7 de Agosto de 1951, in REGULAMENTO Geral das Edificações Urbanas e Regime Jurídico do Licenciamento Municipal de Obras Particulares. 5ª edição. Lisboa, Rei dos Livros, 1996.

REGULAMENTO do Plano Regulador da Cidade do Porto, separata do Boletim Municipal nº 1036 de 18 de Fevereiro de 1956.

Fontes Iconográficas

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP):

Livros de Plantas

Planta topográfica da Cidade do Porto, de Augusto Gerardo Telles Ferreira, Esc. 1:500 (1892)

Núcleos Documentais

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP):

Processos de Licenças de Obra (PT/CMP/DMA/D-CMP/9)

Carta da Cidade - Série Projectos e Estudos

Gabinete do Estudo do Plano Geral de Urbanização (GEPGU) - Estudos; Processos

Divisão Municipal de Arquivo Geral (DMAG):

Processos de Licenças de Obra (PT/CMP/DMA/D-CMP/9)

7. Referências das Figuras

1. Planta topográfica da Cidade do Porto, de Augusto Gerardo Telles Ferreira, folha 278, in AHMP - (Planta Topográfica _1892, 278)
2. GEPGU - "Aprovado em 13 de Abril de 1939", extracto in AHMP - (D-CMP/3/66, fol.5), à esquerda; GEPGU - "Aprovado em 11 de Janeiro de 1940", extracto in AHMP - (D-CMP/3/54, fol.76), à direita
3. GEPGU. Estudo de 1941 para o quarteirão Fernandes Tomás/Bolhão/Firmeza, extracto in AHMP - (D-CMP/5/25, fol.11), à esquerda; GEPGU. Estudo para o quarteirão Fernandes Tomás/Bolhão/Firmeza, extracto in AHMP - (D-CMP/3/25, fol.21), à direita
4. Sectores na Rua de Diogo Brandão (DB1 e DB2). Plantas piso-tipo. Esc. 1/1000. (Desenho do autor, a partir dos Processos de Licença de Obra - LO)
5. Sectores na Rua de Rodrigues Sampaio (RS1 e RS2). Plantas de piso-tipo. Esc. 1/1000. (Desenho do autor, a partir dos Processos LO)
6. Sector na Rua de Fernandes Tomás (FT1), entre a Rua de Santos Pousada e a Rua de Santo Ildefonso. Plantas de piso-tipo. Esc. 1/1000. (Desenho do autor, a partir dos Processos LO)
7. Sectores na Rua de Ceuta (C1 e C2). Plantas de piso-tipo. Esc. 1/1000. (Desenho do autor, a partir dos Processos LO)
8. Sectores /quarteirões na Rua de Sá da Bandeira (SB1 a SB4) e Rua do Bolhão (B1). Plantas de piso-tipo. Esc. 1/1300. (Desenho do autor, a partir dos Processos LO)

8. Biografia

Gisela Lameira (Viseu, 1978). Arquitecta. Bolseira Erasmus em Barcelona (ETSAB, 2000/2001), Licenciada em Arquitectura (FAUP, 2002), Mestre em Estudos do Espaço e do Habitar em Arquitectura (FAUTL, 2010), defendendo tese intitulada: "A Rua de Sá da Bandeira no Porto. Topologia(s) do Habitar Colectivo". Membro integrado no CEAU - FCT, Grupo de Investigação Atlas da Casa, na categoria de Investigador não doutorado. Presentemente frequenta o Programa de Doutoramento em Arquitectura (PDA), ministrado pela FAUP, beneficiando de bolsa concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FTC). Desenvolve investigação sobre os processos de produção (concepção e transformação) da Habitação plurifamiliar corrente portuense, edificada de raiz na 1ª metade do séc. XX, no âmbito específico da Teoria e História da Arquitectura, sob orientação do Professor Doutor Francisco Barata Fernandes. Enquanto profissional, colaborou com o gabinete do Arquitecto Carlos Prata (2001/2011).